

**RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016**

**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)					(Em milhares de reais)						
	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>											
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	3	45.332	44.844	Fornece	9	210.946	168.936				
Consumíveis e concessionárias	4	235.518	196.631	Impostos e contribuições sociais	5	6.505	7.207				
Impostos e contribuições sociais	5	39.934	33.473	Dividendos	10	22.914	87.434				
Outros créditos		7.557	491	Outras contas a pagar		2.478	1.969				
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>328.341</b>	<b>275.445</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>242.843</b>	<b>265.546</b>				
<b>Não circulante</b>											
Consumíveis e concessionárias	4	4.725	221.618	Fornece	9	3.892					
Tributos diferidos	6	2.365	267	Empréstimos e financiamentos	11	11	137.463				
Cauções e depósitos vinculados	8	7.210	7.149	Outras contas a pagar		1.206	1.136				
Outros créditos		36		<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>5.098</b>	<b>138.599</b>				
Investimentos		14.336	229.054	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Imobilizado		400	400	Capital social	13.1	26.217	26.217				
Intangível		363	341	Reservas de lucros	13.2	77.327	77.327				
		2.496	2.449	Prejuízos acumulados		(5.549)					
		3.259	3.190	<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>97.995</b>	<b>103.544</b>				
		17.595	232.244	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>345.936</b>	<b>507.689</b>				
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>345.936</b>	<b>507.689</b>								
<b>TOTAL DO ATIVO</b>											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2016	2015
<b>Recargas</b>			
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Custo com energia elétrica		1.850.409	2.062.117
Custo de operação	(1.823.685)	(2.002.682)	(2.266.862)
Custo do serviço prestado a terceiros	(82)	(109)	(8.586)
		(82)	(109)
		(1.831.931)	(2.011.377)
		18.478	50.740
<b>Lucro bruto</b>			
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas	15	(2.936)	138
Despesas gerais e administrativas		(8.442)	(8.633)
Depreciações e amortizações		(348)	(347)
Outras despesas e receitas operacionais		(14)	
		(12.740)	(8.372)
		5.738	42.368
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>			
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	16	9.527	5.288
Despesas financeiras		(22.927)	(19.608)
		(13.400)	(14.320)
		7.652	28.048
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>			
<b>Tributos sobre o lucro</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes		35	(7.807)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.078	(51)
		2.113	(7.858)
		(5.549)	20.190
<b>Resultado líquido do exercício</b>			

A Empresa não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2016 e 2015. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)			
	2016	2015	
<b>Geração do valor adicionado</b>			
Receita operacional	2.113.683	2.336.800	
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	2.116.609	2.336.662	
Outras receitas	10	13	
<b>(+) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.015.539)</b>	<b>(2.210.424)</b>	
Custos da energia comprada	(1.995.199)	(2.193.313)	
Encargos de uso da rede elétrica	(14.476)	(14.148)	
Materiais	(70)	(62)	
Serviços de terceiros	(3.760)	(3.945)	
Outros custos operacionais	(2.045)	(1.956)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>98.144</b>	<b>126.376</b>	
<b>Retenções</b>			
Depreciações e amortizações	(375)	(347)	
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>97.769</b>	<b>126.029</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	9.993	5.442	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>107.762</b>	<b>131.471</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta	8.506	7.666	
Benefícios	1.103	1.173	
FGTS	487	294	
Impostos, taxas e contribuições			
Federal	(2.147)	8.846	
Municipais	81.713	72.949	
Juros	83	57	
Remuneração de capitais de terceiros	23.566	20.226	
Juros	22.967	19.608	
Aluguis	639	688	
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		5.546	
	113.311	116.827	
	(5.549)	14.644	
	107.762	131.471	
<b>(Prejuízo) do exercício/ Lucro retido</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
A EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Empresa ou EDP Comercializadora), sociedade empresária limitada, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2007 com o objetivo social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras sociedades como sócia.

**2 Base de preparação**  
**2.1 Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.  
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.  
A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.  
**2.2 Práticas contábeis**  
As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.  
**2.3 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.  
**2.3.1 Mensuração dos contratos de comercialização de energia**  
Os contratos celebrados pela Empresa visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.  
**2.4 Uso de estimativa e julgamento**  
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e pressupostos pelo menor trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.  
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Recuperação dos ativos - impairment (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 18.1.2); e Provisões civis, fiscais e trabalhistas (Nota 12.1).  
**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**2.5.1 Redução ao valor recuperável**  
A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contraponto do resultado.  
Uma perda do valor recuperável, sendo a mesma também reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável de um ativo, assim como também reconhecida no resultado.  
**Ativo financeiro**  
São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Consumidores e Concessionárias que são avaliados mensalmente nas demonstrações financeiras.  
O reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.  
**Ativo não financeiro**  
Se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Empresa procede o teste de recuperabilidade dos ativos.  
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.  
Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.  
**2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas**  
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitem novas normas e revisões às normas já existentes.  
Em relação às normas ainda não adotadas pela Empresa descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.  
**2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Empresa IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**  
Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente inalterados. O IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações.  
**2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Empresa CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**  
Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em conformidade com a norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma entendeu o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando que montante esperá ser capaz de trocar por aqueles bens ou

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)				
	2016	2015		2016	2015		2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>								
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(7.662)	28.048			
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais								
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				2.936	(138)			
Depreciações e amortizações				14	347			
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos				14				
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuo				19.634	18.137			
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária				(61)	(68)			
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária				(1.096)	(7)			
				14.140	46.319			
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>								
Consumíveis e concessionárias				175.070	119.917			
Impostos e contribuições sociais compensáveis				(5.298)	3.026			
Outros ativos operacionais				(7.102)	(274)			
				162.670	122.669			
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>								
Fornece				45.902	(109.723)			
Outros tributos e contribuições sociais				(667)	(12.247)			
Outros passivos operacionais				579	282			
				45.814	(121.688)			
				222.624	47.300			
				(61)	(15.763)			
				222.563	31.537			
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>								
Imposto de renda e contribuição social pagos								
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais								
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>								
Adições ao Imobilizado e Intangível				(483)	(1.211)			
Alienação de bens e direitos				25				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				(458)	(1.211)			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>								
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos				(64.520)				
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos				(105.500)	(10.000)			
Pagamentos de encargos de dívidas				(51.597)				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento				(221.617)	(10.000)			
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				488	20.326			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				45.332	44.844			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				44.844	24.518			
				488	20.326			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	26.217	62.683		88.900
Lucro líquido do exercício			20.190	20.190
<b>Destinação do lucro</b>				
Dividendos intermediários (JSGP)			(5.546)	(5.546)
Juros relidos a deliberar		14.644	(14.644)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	26.217	77.327		103.544
<b>Capital social</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	26.217	77.327		103.544
Prejuízo do exercício		(5.549)		(5.549)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	26.217	77.327	(5.549)	97.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

Bancos conta movimento 15.156 22.305  
Aplicações financeiras em caixa 30.176  
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures 45.332 44.844

**Total** 222.563 22.539

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.  
Essas aplicações financeiras são mensuradas à taxa de 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.  
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.  
Contas políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco parte e é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.  
A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 18.2.1.

**4 Consumidores e Concessionárias**

As revisões estatísticas alterações ao CPC 02 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividades de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

**2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Empresa**  
A Empresa, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletem impactos nas demonstrações financeiras.

	Corrente a Vencer		Corrente Vencida		PECLD	Saldo líquido em 31/12/2016	Saldo líquido em 31/12/2015
	Nota	Até 60 dias	Até 90 De 91 a 180 dias	De 181 a 36			

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, é realizada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias e, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na efetuação de seus ativos.  
A exposição da Empresa a risco de crédito está divulgada na nota 18.2.3.

**5 Impostos e contribuições sociais**

	Valor líquido em 31/12/2015		Atualização Adiantamentos/monetária	Pagamentos	Transferências	Valor líquido em 31/12/2016
	Adição	Baixas				
<b>Ativo - Compensáveis</b>						
Imposto de renda e contribuição social	8.894	184	1.096	61	865	11.100
ICMS	56	-	-	-	-	56
PIS e COFINS	15.171	186.204	-	102	(182.437)	19.040
IRRF sobre aplicações financeiras	912	1.265	-	-	(846)	1.331
Outros	8.446	1	(21)	-	(19)	8.407
<b>Circulante</b>	<b>33.479</b>	<b>187.654</b>	<b>(21)</b>	<b>106</b>	<b>(182.437)</b>	<b>39.934</b>
<b>Passivo - a recolher</b>	<b>33.479</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.934</b>
ICMS	5.086	81.707	-	(80.701)	-	6.092
PIS e COFINS	129	184.882	-	(2.246)	(182.437)	328
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	859	110	-	-	-	(927)
IRRF sobre juros s/ capital próprio	832	-	-	-	(832)	-
Encargos com pessoal	1	223	-	(171)	-	53
Outros	300	5	-	(365)	-	-
<b>Total do Circulante</b>	<b>7.207</b>	<b>266.927</b>	<b>-</b>	<b>(85.192)</b>	<b>(182.437)</b>	<b>6.505</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.207</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.505</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensável pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**6 Tributos diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.  
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**6.1 Composição e base de cálculo**

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
Prejuízos Fiscais	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	1.005	1.005
Base negativa da contribuição social	362	-	362	-
			1.367	-
<b>Diferenças Temporárias</b>				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	998	287	711	(51)
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	<b>998</b>	<b>287</b>	<b>711</b>	<b>(51)</b>
<b>Total</b>	<b>2.365</b>	<b>287</b>	<b>2.078</b>	<b>(51)</b>

**6.2 Resultados tributáveis futuros**

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Empresa elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pela Diretoria. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.

**7 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 10) e dos empréstimos a pagar para partes relacionadas (Nota 11), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciam o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Circulante		Não circulante		Passivo		Operacionais		Financeiras	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015
	<b>Ativo</b>									
Concessionárias										
Venda de energia elétrica										
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2012 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	44.999	-
Lajeado	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	47.871	-
Porto do Pecém	Controle comum	01/12/2013 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	18.744	-	-
Santa Fé	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	51
Pantanal	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	878
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	75	-	-
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	1.892
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	11.484
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	16.806
EDP Escócia	Controle comum	01/05/2014 a 31/12/2019	88	32	-	-	-	1.083	-	336
EDP Bandeirante	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	2.540
EDP Bandeirante	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	24
EDP Bandeirante	Controle comum	01/01/2015 a 30/06/2015	-	-	-	-	-	-	-	6.768
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	01/04/2016 a 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	2.306
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2016 a 31/12/2016	6.866	-	-	-	-	-	-	55.973
ECE Participações	Controle comum	01/10/2016 a 30/11/2016	-	-	-	-	-	-	-	6.345
EDP PCH	Controle comum	01/04/2016 a 31/07/2016	-	-	-	-	-	-	-	2.540
Costa Rica	Controle comum	01/01/2016 a 31/12/2016	13	-	-	-	-	-	-	43
<b>Outros créditos</b>										
Devolução - Prêmio de seguro										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/12/2016	-	-	-	-	-	-	25	11
									36	36
<b>Fornecedores</b>										
Suprimento de energia elétrica										
Energest	Controle comum	01/12/2010 a 28/02/2016	-	-	-	-	-	-	(126)	(627)
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	(87.828)	(71.909)
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	5.560	1.753
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	1.622	1.855
Costa Rica	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	1.855
Costa Rica	Controle comum	01/01/2016 a 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	1.187
Lajeado	Controle comum	12/12/2016 a 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	16.231
Lajeado	Controle comum	01/01/2016 a 31/05/2016	-	-	-	-	-	-	-	10.644
Lajeado	Controle comum	01/01/2015 a 31/08/2015	-	-	-	-	-	-	-	2.743
ECE Participações	Controle comum	01/01/2016 a 31/07/2016	-	-	-	-	-	-	-	1.487
Pantanal	Controle comum	01/01/2008 a 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	2.559
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	6.908
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2016 a 31/07/2016	-	-	-	-	-	-	-	20.177
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	01/04/2016 a 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	4.810
EDP PCH	Controle comum	01/04/2016 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	65
EDP PCH	Controle comum	01/04/2016 a 31/07/2016	-	-	-	-	-	-	-	65
<b>Uso do sistema de transmissão</b>										
Lajeado	Controle comum	01/01/2003 a 16/12/2032	-	-	-	-	-	-	-	65.817
										26.036
<b>Outras contas a pagar</b>										
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL	-	-	-	-	-	-	128	56
									128	56
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	646	688
									646	688
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 7.2.1)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 15/06/2021	-	-	-	-	-	-	40	40
									40	40
									814	744
									814	744
									70.415	27.589
									70.415	27.589

Em 20 de dezembro de 2016, com o recebimento de montantes de suprimento de energia elétrica da Porto do Pecém (Nota 4.1), a Empresa liquidou seus contratos de mútuos. Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Valor líquido em 31/12/2015	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2016
<b>Circulante</b>					
Juros	-	(105.500)	-	-	105.500
Juros	-	(51.597)	9.838	-	41.759
		(157.097)	9.838	-	147.259
<b>Não Circulante</b>					
Principal	-	105.500	-	-	(105.500)
Juros	-	31.963	-	9.796	(41.759)
		137.463	-	9.796	(147.259)

**12 Provisões**

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**12.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desfecho que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas mensalmente mensalmente por diversos indícios, de acordo com a natureza da provida, e são revisadas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

**12.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, não identificou nenhuma demanda judicial com provável de perda. Desta forma, a Empresa não possui valores provisionados em suas demonstrações financeiras.

**12.1.2 Risco de perda possível**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, não identificou nenhuma demanda judicial com provável de perda. Desta forma, a Empresa não possui valores provisionados em suas demonstrações financeiras.

	Ativo		Depósito Judicial	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Cíveis</b>	12.746	10.541	5.648	5.648
<b>Fiscais</b>	35.552	33.930	1.562	1.501
<b>Total</b>	<b>48.298</b>	<b>44.471</b>	<b>7.210</b>	<b>7.149</b>
<b>12.1.1 Cíveis</b>				
A Empresa impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Empresa não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 de MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Empresa interpeleu recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado de acordo com a data de 31 de dezembro de 2016 é de R\$17.031.959.172 em 31 de dezembro de 2015) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$5.648.				
<b>12.1.2 Fiscais</b>				
Ação judicial que discute a exigência de ICMS sobre operações de venda interstatal de energia elétrica, cujo débito atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$17.458 (R\$9.172 em 31 de dezembro de 2015) e encontra-se garantido por fiança bancária. Atualmente o processo aguarda julgamento no Tribunal Superior.				
Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$15.859 (R\$15.067 em 31 de dezembro de 2015). Atualmente os processos aguardam julgamento.				

**13 Patrimônio líquido**

**13.1 Capital social**  
O Capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$26.217 e está representado por 26.217.027 quotas, 100% detidas pela EDP - Energias do Brasil.  
O Capital social está dividido em quotas e a responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas.

**13.2 Reservas de lucros**

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de lucros			
Legal		5.631	5.631
Legal retidos a deliberar		13.21	71.696
<b>Total</b>		<b>17.327</b>	<b>77.327</b>

**13.2.1 Lucros retidos a deliberar**

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício a ser deliberada em Resolução de quotista. É constituída conforme o CPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

**14 Recetas**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos fluam para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Com				

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2016				2015	
	Com energia	De Prestado	Com Gerais e	Outras	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	1.808.486				1.808.486	1.971.023
Encargos de uso rede elétrica	13.137				13.137	12.964
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	5.402		5.736	11.138	10.940	10.940
Material	49		21	70	62	62
Serviços de terceiros	82	82	2.816	3.70	3.70	3.70
Depreciação	27		53	80	98	98
Amortização			295	295	249	249
PECLD / perdas líquidas			2.936	2.936	138	138
Augustos e arrendamentos	142		497	639	688	688
Garhos e perdas na desativação e alienação de bens				14	14	-
Outras	2.062	1.662	372	4.096	20.918	20.918
<b>Total</b>	<b>1.823.685</b>	<b>8.164</b>	<b>82</b>	<b>2.936</b>	<b>9.790</b>	<b>14.1.844.671</b>

**16 Resultado financeiro**

	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras e caução	5.411	3.755
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida	3.316	68
Atualização monetária de processos judiciais	61	68
Atualização monetária sobre impostos	1.096	7
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(466)	(154)
Outras receitas financeiras	79	1.612
<b>Despesas financeiras</b>		
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(778)	(910)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.266)	(910)
Juros sobre contratos de mútuo	(18.624)	(17.232)
Juros despesas financeiras	(2.250)	(1.446)
Outras despesas financeiras	(22.927)	(19.608)
<b>Total</b>	<b>(13.400)</b>	<b>(14.320)</b>

**17 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (Lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$300 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (Lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

	2015	2016
(Prejuízo) Lucro antes do IRPJ e CSLL	(7.682)	28.048
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	2.605	(9.536)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações		(34)
Perdas indedutíveis		(4)
Juros sobre o capital próprio		(1,86)
Outras		(241)
Outros		2.85
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		(285)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		34
Outros		42
Despesa de IRPJ e CSLL	2.113	(7.858)
Alíquota Efetiva	28%	28%

**18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise detalhada de exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consultadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa associadas a estas operações e realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a conformação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de fluxos.

**18.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Destes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são classificados de acordo com os fluxos de caixa exprem, ou seja, a partir do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A base pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

**18.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Posteriormente ao registro contábil, são mensurados conforme descrito abaixo:

- **Valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Empresa gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**Emprestimos e recebíveis**

São designados para esta categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, depreciados de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**Mantidos até o vencimento**

Se a Empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**Outros ao custo amortizado**

São designados para esta categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, e se a Empresa gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Nota	Níveis	Valor justo	Valor contábil	

Ativos financeiros					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Aplicações financeiras		Nível 2	30.176	22.539	30.176
<b>Emprestimos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Bancos conta movimento	4	15.156	22.305	15.156	22.305
Consumidores e concessionárias	4	240.243	418.249	240.243	418.249
Outros créditos - Partes relacionadas	7	285.611	463.093	285.611	463.093
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Outros ao custo amortizado</b>					
Fornecedores	9	214.838	168.936	214.838	168.936
Empréstimos e financiamentos	11				
Contratos de mútuo			137.463		137.463
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	814	744	814	744
			215.652		307.143

**18.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBOvespa, exceto quando outra taxa for indicada na documentação contratual.

Para o reconhecimento do valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentamos prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

**18.1.2.1 Mensuração a Valor Justo**

A hierarquia dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

- (i) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (ii) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

**DIRETORIA**

Donato da Silva Filho Diretor	Luis Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente
	Paulo Alexandre Pires de Campos Costa Diretor

André Luís Nunes de Melo Almeida Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos
Renan Silva Sobral Gestor Contábil UND e LUG Contador - CRC 15P2719564/O-6

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, o balanço de resultados, o balanço de fluxo de caixa e o balanço de patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas no item 2 seguinte, intitulada "Responsabilidades do auditor pelo relatório das demonstrações financeiras".

Em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprios com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa demonstração e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e de governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que são necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuentes. Quanto mais amplas e fidedel o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**18.2 Gestão de risco**

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todos as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a gestão operacional. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Empresa, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa possui risco de mercado associado ao CDI.

**18.2.1 Análise de sensibilidade**

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. A avaliação de sensibilidade das estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco detalhado.

Os instrumentos financeiros avaliados são os indexadores de risco da Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) e o cenário II (possível) e o cenário III (possível), e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente, e os cenários VI e VII com 25% e 50% de redução, respectivamente.

**Aging cenário**

	provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Provável</b>	<b>risco em 25%</b>	<b>risco em 50%</b>	<b>risco em 25%</b>
Aplicação financeira - CDB	Risco	6.600	6.600	1.650	3.300	(1.650)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	6.600	6.600	1.650	3.300	(1.650)
		6.600	6.600	1.650	3.300	(1.650)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa.

**18.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações foram parte das divulgações.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Consumidores e concessionárias (Nota 4). A Empresa, em 31 de dezembro de 2016 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é limitada e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Na rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias de caixa (Nota 19.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Empresa, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Empresa pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de liquidez, conforme os passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	31/12/2015
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	189.644	21.302	3.892	214.838	168.936	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				814	814	744
Empréstimos e financiamentos						137.463
	<b>189.644</b>	<b>21.302</b>	<b>4.706</b>	<b>215.652</b>	<b>307.143</b>	

**18.2 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e Consumidores e concessionárias.

As concessões de crédito são geridas a partir de leilões e contratos bilaterais, todos devidamente registrados na CCEE. Estes mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. O risco decorrente da possibilidade da Empresa em apresentar perdas, advinda da dificuldade de recebimento dos valores futuramente a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras de ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de risco.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Empresa, que estabelece condições e limites de exposição a risco de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras aderindo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e fomentar sua perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**18.2.4 Gestão de capital**

O objetivo da administração ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos quotistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas, emitir novos títulos ou fazer novos financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa não apresentava saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, por este motivo, o índice de alavancagem não é calculado.

	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e debêntures		137.463
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.332)	(44.844)
Divida líquida	(45.332)	92.619
Total de patrimônio líquido	97.295	103.544
Total de capital	52.663	196.163
Índice de alavancagem financeira - %	47,22%	

**19 Compromissos contratuais e Garantias**

**19.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa apresentou os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por meio de instrumentos financeiros.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Empresa, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassem a data final de validade das informações atualizadas com as respectivas taxas contratadas e ajustadas ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total geral	31/12/2015
Responsabilidades com locações operacionais	114				114	104
Compras de energia	2.026.985	2.307.280	677.247	308.200	5.319.712	5.765.481
Materiais e serviços	3.624	1.339	145		5.108	3.974
	<b>2.030.723</b>	<b>2.308.619</b>	<b>677.392</b>	<b>308.200</b>	<b>5.324.934</b>	<b>5.769.559</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total geral	31/12/2015
Responsabilidades com locações operacionais	91				91	88
Obrigações de compra	1.557.594	1.960.654	620.710	303.566	4.442.524	5.182.369
Materiais e serviços	2.913	1.129	136		4.177	3.381
	<b>1.560.598</b>	<b>1.961.783</b>	<b>620.846</b>	<b>303.566</b>	<b>4.446.792</b>	<b>5.185.838</b>

**19.2 Garantias**

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Ativo de acionista	Seguro de vida	8.040	7.277
Fiança Bancária			